

## O SONHO PODE PERECER NO "LIXO"?

### REFLEXÕES SOBRE A VIDA DOS "CURUMINS" DO SÉCULO XXI

Maria I. Alvarenga<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho estabelece uma analogia entre a escola oferecida aos filhos dos indígenas do séc. XVI - curumins – e a escola atual, freqüentada pelos filhos de catadores de material reciclado – “nossos curumins”. Se os jesuítas impuseram um ensino totalmente adverso das características intrínsecas dos indígenas, totalmente à parte dos seus valores culturais, a escola do séc. XXI não está distante desse aspecto: ela tende a excluir os nossos curumins, ao propor um ensino imbuído exclusivamente de valores acadêmicos, desconsiderando, assim, os valores provenientes da cultura popular.

**Palavras chave:** Ensino. Curumins. Filhos de catadores de material reciclado.

**Abstract :** This paper is an attempt to establish an analogy between the school system which was offered to the children of indigenous tribes in the 21<sup>st</sup> century – the ‘curumins’ – and the school of our days which receives the sons of recycled material collectors – ‘our curumins’. If the Jesuits imposed a teaching system totally adverse from the indigenous intrinsic characteristics, completely disconnected from their cultural values, the school in the 21<sup>st</sup> century does not act very differently: this system tends to exclude our curumins by offering a curriculum exclusively permeated by academic values which does not consider, therefore, the values from popular culture.

**Key-words:** Teaching . Curumins. Sons of recycled material collectors.

#### 1. A ESCOLA E OS CURUMINS

No início do séc. XVI, na terra que viria ser o Brasil, vivia uma população de 2000000 de indígenas<sup>1</sup>. O Velho Mundo começa a "colonizar" o Novo Mundo, e toda aquela diversidade cultural de nativos, com hábitos e costumes considerados bárbaros<sup>2</sup> pelos colonizadores, vai sendo paulatinamente dizimada. Ao seu livre nomadismo, foi impondo-se a obrigação de fixar-se em lugar determinado; sua pura

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. Professora de Matemática na Rede Pública e Particular de Juiz de Fora

nudez foi sendo coberta pelas vestes europeizadas; se viviam da caça, passaram a ser caçados; a pesca, a coleta de frutas, a agricultura, que eram práticas naturais e livres, passaram a ser controladas por homens brancos. De repente, o sol, a chuva, o trovão, o vento não eram mais suas adoradas entidades divinas: foi-lhes imposto o culto a um Deus em três pessoas.

Em 1549, dá início a missão católica da Companhia de Jesus na terra de Santa Cruz. A Coroa Portuguesa escolheu essa ordem religiosa para atuar junto aos “bárbaros”, porque os jesuítas tinham condições de pensar no apostolado educacional de maneira mais intelectual, já que eram formados na Universidade de Paris, portanto, compreendiam melhor o valor da educação. Assim sendo, não mediriam esforços para transformar os índios em duas grandes forças: “bons cristãos” e modelos de homem com hábitos de trabalho do europeu.

O Novo Mundo seria modificado através do enxerto de idéias, concepções, religiosidade e sonhos do Velho Mundo. Atrelava catequese e educação: assim “instruir” os indígenas de acordo com os preceitos divinos significava oferecer também um aparato educacional.

A primeira tentativa de conversão dos indígenas deu-se através da pregação e do batismo. Como os padres andavam pela terra curando, profetizando, foram associados, na imaginação dos tupis, aos grandes Xamãs. No afã de aproximar culturas tão discrepantes, os mestres Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Vieira – padres jesuítas – aprenderam a língua dos gentios (as mais faladas: o tupi e o guarani) e traduziram orações e músicas católicas para a língua dos nativos, buscando aproximar as histórias narradas pelos índios àquelas contadas pela bíblia católica. No entanto, os esforços não eram suficientes para surtir os efeitos desejados. Se, por um lado, os “selvagens” davam mostras de conversão à fé católica, por outro lado, eram vistos praticando seus antigos costumes, julgados altamente pecaminosos pelos missionários. A solução para que os jesuítas atingissem os seus ideais seria a educação e catequese dos meninos indígenas, já que a criança – considerada uma “tábua rasa” a ser preenchida pelo projeto proposto ou imposto de homem e de sociedade – acolheria melhor os ensinamentos e, conseqüentemente, “converteria” os pais.

Como o trabalho dos padres era prejudicado pelo hábito errante das tribos, criaram-se, em 1553, os aldeamentos<sup>3</sup>, para facilitar a missão. Os gentios eram

acompanhados pelos soldados do Governo Colonial até os aldeamentos – a mais destrutiva ação – e, sob iminente ameaça, aceitavam a submissão dos brancos, por medo de serem mortos ou escravizados. Acolhiam a catequese não porque acreditavam, mas por serem obrigados a se submeter à regra da Colônia e a viver sob uma nova organização. Foi um processo de homogeneização, senão de imposição cultural. Passaram a ter uma vida sedentária, longe da nudez e de todos os tipos de atitudes, crenças e valores que vivenciavam. “Os colégios por sua vez são o apoio das aldeias de índios, espalhadas agora por toda parte onde existe Casa dos Jesuítas. Em todas elas há escolas de aprender a ler, escrever, contar e exercitar artes e ofícios. O estudo é gratuito para todos e nos três colégios principais quase tão elevado como o da Europa” (Equipe de Itaiçi, 1978, p.36).

Os índios, como mencionou o Papa Bento XVI, sofreram as injustiças provocadas pela colonização e evangelização da América Latina, quando “direitos humanos fundamentais dos indígenas foram muitas vezes pisoteados. A memória de um passado glorioso não pode ignorar as sombras que acompanharam a obra de evangelização<sup>4</sup>” (Jornal Estado de S. Paulo 24/05/2007).

O método de ensino dos jesuítas, ou programa escolar, era norteado pela *Ratio Studiorum*<sup>5</sup>, que normatizava a educação jesuítica, concatenada com objetivo primeiro da Companhia de Jesus: “formar bons soldados na Igreja de Roma, capazes de combater na Europa a heresia e os rebeldes e, no resto do mundo, converter os pagãos” (Maia, 1980, p.6). A *Ratio* fez convergir toda a vida escolar do colégio – administração, currículo, metodologia – para um único fim: a educação integral do aluno. “A experiência educacional deveria produzir um efeito liberalizador do estudante; sua aprendizagem deveria libertá-lo de suas opiniões estreitas, de preconceitos, mesmo de suas próprias categorias de pensar” (Costello: 4, *apud* Schmitz, Egídio 1994, p.139). No Brasil, a *Ratio* sofreu algumas adaptações e inovações para que se atingisse o objetivo de catequizar os nativos e adequá-los à sociedade europeia.

Os meninos (no Brasil) vinham duas vezes por dia para a escola, antes do meio dia quase todos, depois do meio dia menos, porque naquele tempo procuravam o sustento por meio da caça e da pesca, pois aquela gente observava aquelas palavras de S. Paulo: quem não trabalha, não come. Mas, embora o nosso principal cuidado fosse ensinar e inculcar a eles os rudimentos da fé, também lhes ensinavam

as letras; pois eram de tal modo aficionados aprender a doutrina... Carta do P. Anchieta de 1556" (Lukács, I, 1965:614-5 in Schmitz Egídio 1994, p.48).

Assim, os curumins freqüentavam cerca de cinco horas de aula por dia, adquirindo conhecimento da doutrina cristã, de uma forma no mínimo paradoxal: com o objetivo de aperfeiçoar a cristandade, eram alfabetizados na leitura e na escrita, aprendiam rezar em português, aprendiam cantar e tocar instrumentos, usando as letras das composições no estilo indígena, mas falando de um Deus cristão. As danças nativas eram modificadas e realizadas à moda portuguesa. A música e o teatro tinham, além da função de promover a educação e a evangelização, a tarefa auxiliar na integração do clero, dos colonos e dos indígenas; através de sua intrínseca característica lúdica e de entretenimento, a música e o teatro promoviam a inter-relação entre o tupi e o português, tornando-se excelentes recursos de aculturação. Tudo ocorria sob um rígido sistema disciplinar e sempre contavam com o apoio da coroa portuguesa. Muitos recebiam castigos e fugiam da escola, como nos relata Chambouleyron (2004, p.63): "Nas aldeias administradas pelos jesuítas, Mem de Sá mandara fazer tronco e pelourinho [...] para meter os moços no tronco quando fogem da escola" e ainda acrescenta "[...] a aposta no ensino das crianças indígenas nem sempre deu bons resultados. Havia até mesmo quem se queixasse que tudo era em vão" (2004, p.67).

Atualmente, compreendemos que seria impossível a adaptação da grande maioria dos curumins ao sistema imposto pelos jesuítas. Como acreditar que os curumins, vivendo em condições tão adversas das propostas pelos padres de Companhia de Jesus, acolheriam pacificamente um novo modo de viver, abandonando seus costumes, hábitos, maneira de falar e agir – deixando o próprio eu – para tornar-se o eu europeu? Realmente, a situação dos ameríndios sensibiliza-nos fundamentalmente quando observamos a tendência ao desprezo e aniquilamento da cultura: estabelecendo a unicidade do "homem branco europeu" como o protótipo de perfeição.

Estando em 2007 e considerando a escola pública brasileira, ousou fazer uma comparação, que me parece bastante pertinente; entre os curumins, filhos de índios do séc. XVI e os "novos curumins", filhos de catadores de material reciclável. Eis algumas justificativas para tal relação:

- Os filhos de catadores crescem ajudando seus pais na atividade da catação, por isso é muito comum depararmos com crianças, até recém-nascidos junto aos carrinhos de catação. A relação de limites territoriais é pouco desenvolvida pela criança por permanecer a maior parte do tempo na rua, uma grande casa. Para eles, atitudes como sentar, concentrar-se e ficar entre os “muros da escola” pode tornar-se uma grande prisão, semelhante aos curumins que tinham dificuldade de manter-se na escola.
- Como os curumins, os filhos de catadores tendem a colaborar na lida, gerando um descompasso muito relevante entre as atividades propostas pela escola e aquelas que desenvolvem no dia-a-dia. Se os curumins eram iniciados à caça, pois dela dependia o sustento da tribo, também para as crianças catadoras a escola pode significar menos quantidade de reciclável e, conseqüentemente, menos dinheiro para as necessidades fundamentais da família. Lembro-me de comentário de um aluno feito ao professor: “Hoje meu pai tirou o prato de comida da minha mão. Como eu não levei dinheiro para casa não tenho direito a comer”.(Comentário de um aluno de uma escola pública de Juiz de Fora, em 2006).
- Do lixo, retira-se a “vida”. Através dele, recolhe-se o material para ser transformado em dinheiro. Também se retira a roupa de uso pessoal e doméstico, as mobílias da casa e, lamentavelmente, muitas vezes, o próprio alimento. A escola vem mostrar e impor outros valores que se contrapõem aos vividos até então. Faz-me lembrar, a situação do canibalismo dos indígenas: enquanto considerado pelos “homens brancos” como um ato inadmissível e abominável, para os índios ingerir carne humana significava alimentar-se das qualidades do morto.
- A estrutura escolar do ensino brasileiro requer que seu aluno disponha de tempo para estudo em casa como complementação e realização de tarefas. Entretanto, a realidade que “nossos curumins” vivenciam não possibilita tais atividades, porque as suas habitações são pequenas e desprovidas de móveis – cadeira e mesa - que viabilizem a utilização do caderno e livro. Então, o tempo de estudo em casa, transforma-se em tempo de trabalho com a reciclagem. Por isso o desempenho escola, dos “nossos curumins”, tende a ser ínfimo de forma

que muitas vezes são estereotipados como alunos que não têm cabeça para o estudo (Fonseca, 1994, p.146). Os indígenas foram considerados incapazes porque resistiam à submissão dos colonizadores.

- Os jesuítas iniciaram um processo de aculturação, de tal maneira que o curumim era visto simplesmente como um ser racional, uma "tábua rasa" que necessitava tornar-se "culto" dentro dos padrões europeus. Da mesma forma, a escola atual, freqüentemente, vê o educando como um aluno capaz de desenvolver-se intelectualmente, supondo que o educando está pronto para aceitar e receber todos os saberes, independentemente de uma existência a priori.
- O programa bolsa família, que muitos filhos de catadores recebem, atrela o recebimento financeiro à freqüência escolar. No entanto, a escola não oferece aos nossos curumins uma educação<sup>6</sup> que proporcione um desabrochar das potencialidades humanas preexistentes nos indivíduos. Os jesuítas também recebiam total apoio da coroa portuguesa para ensinar aos indígenas, mas não eles possibilitavam aos curumins um aprendizado a partir da troca de experiências, respeito, interação.
- Os indígenas eram considerados uma sub-raça por apresentarem características diferentes da população européia. Dessa forma, para se tornarem "pessoas", precisavam tornar-se semelhantes ao modelo europeu. Eles não tinham o direito a qualquer reivindicação. Apenas era-lhes imposto um tipo de ensino que os jesuítas acreditavam ser o melhor, tendo, portanto, que renegar a identidade de índio. Hoje, temos as subclasses "que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas que não tem permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar" (Bauman, 2005, p.44). Nessas subclasses vivem os nossos curumins.

Podemos considerar, a partir das exposições apresentadas anteriormente, que são reproduzidas (*mutatis mutandis*) muitas imposições e inadequações da escola do século XVI na escola do século XXI, na medida em que não ocorre nenhuma preocupação com a cultura, com os hábitos, valores e costumes que vivenciam os

catadores<sup>7</sup>.

Esse grupo especial, os catadores, surgiu na segunda metade do século XX e se firmou como figura marcante nas grandes cidades brasileiras, na década de 80. Hoje o catador é visto com muita frequência no meio urbano do Brasil. Conforme pesquisa realizada pela UNESCO, em 2002, 68% das cidades brasileiras contam com a presença de catadores. Em Juiz de Fora (MG), segundo reportagem divulgada em 06/06/2007, cerca de 1800 pessoas vivem da catação.<sup>8</sup>

O depoimento de Silvana Maria de Paula<sup>9</sup> (38 anos), uma catadora, aborda a dificuldade que "nossos curumins" sentem de permanecer na escola: "Ela sente vergonha de mim. Diz que os colegas mexem com ela por minha causa. Mas é com o dinheiro daqui que compro mantimentos para casa".

Quando Silvana relata a vergonha da filha (9 anos) em relação ao trabalho insalubre da mãe, alerta-nos para alguns contrapontos da cultura escolar. Numa pressuposição de que todos tenham condições humanas de moradia, trabalho, alimentação e higiene, o imaginário social de grande parte dos educadores brasileiros idealiza um corpo discente de classe média, com condições igualitárias de vivência. Entretanto, sabemos que essa não é a realidade do nosso país. Muitas vezes, a criança, ao deparar-se com uma realidade que fere seu cotidiano, tende a não se sentir membro do novo grupo (excluir-se) e, ao mesmo tempo, envergonhar-se do meio em que vive. Pela sensibilidade, a criança apreende que o espaço escolar não lhe pertence, deixando de aspirar ao conhecimento escolar como um valor, passando assim a negá-lo. Eis nossos curumins na escola do século XXI, uma história viva e atual das escolas públicas brasileiras e que merece nossa reflexão. Nosso objetivo é um despertar, como nos alerta Moita Lopes (2002): identidades sociais construídas na escola podem desempenhar importante papel na vida dos estudantes, principalmente nas situações em que suas identidades são questionadas, repensadas e reposicionadas.

## **2. A REALIDADE QUE ASSOMBRA A FAMÍLIA E O COTIDIANO DOS NOSSOS CURUMINS**

Historicamente, a população de rua foi considerada “massa sobran­te” em consequência do êxodo rural. Na verdade, o fenômeno “população de rua<sup>10</sup> se apresenta como decorrência do inchaço das cidades, uma realidade que nos questiona e nos incomoda”. (Vida e Pastoral do Povo de Rua, 2003, l p.16).

A população urbana, devido ao processo de industrialização – a partir de 1950 – cresceu consideravelmente. Em 1940, segundo Boris (2002), a população urbana era de 16%, em 1980 passou para 51,5%. Assim, a urbanização desenfreada engendrou a injustiça e a falta de fraternidade entre os seres, resultando nas exacerbadas desigualdades sociais tão visíveis na sociedade brasileira.

A profissão (sic) Catador de Material Reciclável existe desde meados de 1950 (Movimento Nacional dos Catadores, 2005, p.48), mas tornou-se presença marcante nas cidades brasileiras a partir de 1980. Essa década foi marcada por um longo período de recessão, gerando um índice muito elevado de desemprego nas regiões metropolitanas. Hobsbawm (1995) reputou que a década de 80 e o início da de 90 foram marcadas por problemas alarmantes, tais como desemprego em massa e o surgimento de mendigos sem teto. A esses dados, eu acrescentaria a irrupção de pessoas que começaram a sobreviver do lixo – os catadores de material reciclável.

O fenômeno recente, denominado globalização, provocou um maior distanciamento entre os países ricos e os pobres, principalmente no que se refere à distribuição de renda. Dessa forma, a “globalização atinge desigualmente as sociedades centrais e periféricas, promovendo exclusão social crescente para uns, e concentração de riqueza para outros...” (Martins, 2002, p.86). O cotidiano das pessoas passou a estar interligado, mas tal relação está longe de uma homogeneidade social, pelo contrário realçou as diferenças.

O Brasil ocupa um lugar privilegiado em matéria de perversidade na distribuição de renda. Para sobreviver, o brasileiro inventa e reinventa diversas formas de sustentabilidade. A catação é uma delas. Para Freitas “catar papel e outros recicláveis é uma das atividades mais aviltantes e que mais sofrem a exploração da mão-de-obra. Os catadores situam-se à margem, não apenas do ponto de vista econômico mas também social” (2005, p.283). “Vivem perdidas no anonimato das multidões, não simplesmente por comporem o mundo urbano mas, principalmente, pelas maneiras como sobrevivem nesse espaço” (idem p.44).

O catador vive ou sobrevive dos resíduos eliminados pela sociedade consumista, daquilo que é dado como “sobra” e inutilizado pela maioria da população. A fonte de vida depende daquilo que codificamos como imundo, infectado, podre, deteriorado, sujo – o lixo. Concomitantemente à luta pelo lixo, emerge a criança catadora: gerada, criada e educada na cultura do resto, desprezível e sujo. Vivem por ele e por causa dele.

Para a criança catadora o lixo é um valor. O dicionário de Filosofia de Jacqueline Russ conceitua valor, num sentido primitivo, como: “coragem, valentia, vigor”. Aurélio, em uma das definições, exprime o conceito como sendo “a qualidade pela qual determinada pessoa ou coisa é estimável em maior ou menor grau; mérito ou merecimento intrínseco”. Tendo como luz essas exposições, podemos afirmar que o trabalho dos catadores é de grande valor, visto que sua vida se concentra na “busca de sobrevivência pelas ruas centrais da cidade; no fazer-se catador de papel; na assimilação de um novo modo de ser e de sobreviver; na criação de alternativas à situação de barbárie a que estas pessoas são submetidas [...] uma miséria que não resultou de geração espontânea, mas foi provocada pelos efeitos dos anos de autoritarismo no Brasil [...]” (Freitas, 2005, p.46).

A criança catadora vai para a escola e começa perceber que aquilo que tem um valor para si e para sua família é recusado pela sociedade. A tendência da criança é tornar-se arredia, querer isolar-se do ambiente escolar seja por medo, sentimento de incapacidade ou de não pertença àquele lugar. Isso tende a acontecer porque a escola brasileira, de modo geral, não desperta a criança para a realidade que a circunda. Rorty afirma que “nossos filhos [e nossos alunos] precisam aprender, desde cedo, a ver as desigualdades entre seus próprios destinos e os de outras crianças, não como a Vontade de Deus nem como o preço necessário pela eficácia econômica, mas como uma tragédia evitável (2005, p.44)”.

Decerto, se nós, educadores, nos comprometêssemos com esse despertar, aos poucos a criança tornar-se-ia o sujeito do ato de educar, uma vez que “a idéia de ‘ter uma identidade’ não vai ocorrer às pessoas enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa idéia [identidade] na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada” (Bauman 2005, p.17). Na linguagem de Paulo Freire “uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, se

caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas” (2005, p.69). Dessa forma se a escola brasileira despertasse a criticidade<sup>11</sup>, nossos curumins reconhecer-se-iam como cidadãos - membros e atores da sociedade brasileira - e não se imaginariam “crianças do lixo”. Associada à falta de “pertencimento” ao mundo escolar, encontram-se as condições miseráveis de vida que pesam sobre os “nossos curumins”, gerando a carência econômica da criança. Isso a leva a trabalhar desde cedo porque precisa contribuir mais ostensivamente com a catação:

As 45 mil crianças e adolescentes brasileiros que trabalham no lixo são filhos de famílias muito pobres. Eles ajudam seus pais a catar embalagens plásticas, papéis, latinhas de alumínio. Separam vidros e restos de comida. Carregam pesados fardos, empurram carroças. São meninos e meninas de todas as idades [...] Mesmo aquelas que são matriculadas, abandonam os estudos porque precisam ajudar a família ou pelo preconceito que sofrem por serem "crianças do lixo". O trabalho desses meninos e meninas é desumano[...] (www.lixocidadania.org.br acessado em 06/05/2007) .

A Declaração dos Direitos da Criança, no seu princípio 2º, relata:

A criança gozará proteção especial e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade.( [www.unicef.org](http://www.unicef.org) em 06/05/2007) .

Lamentavelmente embora o Brasil seja signatário da Declaração dos Direitos da Criança, ainda encontra-se longe do compromisso assumido desde 1959, na Assembléia Geral das Nações Unidas.

### **3 . O CHOQUE DE VALOR E A PESSOA DO (A) CATADOR (A)**

A sociedade capitalista de consumo é marcada pela recriação produtiva do lixo,

desde o segundo quartel do século passado. Se para uns o lixo é descartável, para outros é imprescindível, por conseguinte a coleta e a venda de recicláveis garante a sobrevivência de milhares de pessoas no Brasil. Percebemos que a reciclagem tornou-se, principalmente no ano de 2007, o assunto de destaque na mídia nacional, motivados pela Campanha da Fraternidade de 2007, cujo tema é Fraternidade e Amazônia e o lema, Vida e missão neste chão. Por outro lado, a mesma valorização não tem sido dada à pessoa do (a) catador (a).

A imagem do (a) catador (a) puxando o carrinho, com o material adquirido após exaustivas coletas, é uma condição não condigna ao ser humano e deveria nos levar a um sentimento de repugnância e desolação. Tornou-se “matriz da incivilidade que atravessa de ponta a ponta a vida social brasileira” (Freitas, 2005, p.73). Impressiona o fato de uma pessoa que suporta puxar tamanha quantidade de material, na medida em que um carrinho cheio pode conter 400 Kg de reciclado. O catador se “coisifica” – um transportador de carga – aviltando sua humanidade e sobrevivendo numa sociedade que o vê, muitas vezes, como aquele que atrapalha o trânsito. “A presença desses novos personagens transformou a paisagem urbana [...]” (idem).

Propala a reportagem: “Circulação de catadores complica vias saturadas. Trânsito de carrinhos nas principais ruas da cidade deixa tráfego mais lento e amplia riscos para pedestres e motoristas<sup>12</sup>”. A epígrafe da notícia não retrata a vulnerabilidade do catador ao disputar espaço com os veículos automotores, enfatizando que os riscos são para os pedestres e motoristas. Avançando na reportagem, o catador se defende. “Dependemos disso para sustentar nossas famílias. Seria ótimo não ter que rodar tanto. Porém, a maioria aqui faz jornada superior a nove horas e, raramente, consegue tirar mais de R\$200. Eu, por exemplo, levanto às 3h e às 19h ainda não consegui voltar para casa” (idem). O sustento, na realidade a própria vida, depende do vigor e da força física. Na praxe cotidiana, os catadores, se abstêm de qualquer pudor para suportar as condições subumanas na coleta e na triagem do lixo. Onde está a nossa consciência humanística que gravita pelo senso de igualdade, quer na sociedade nacional, quer na dos demais povos? E a pessoa do catador?

Abaixo transcrevemos na íntegra (inclusive mantendo os erros lingüísticos<sup>13</sup>) uma poesia, de um morador de rua e catador de papel, escrita durante uma reunião

em 22/06/2007, em Juiz de Fora (MG):

Ola muito praser  
você não me conhece  
mas vou te diser  
passo todos os dias por você  
aceno e te desejo um bom dia  
mas você nem repara  
quando você dorme tranquilo  
eu reviro o seu lixo  
atrás do meu sustento  
mas você nem repara  
uma vez senti sede  
pedi um pouco d'água  
e você bateu a porta  
na minha cara  
mal sabe você  
que com o meu trabalho  
seu filho poderar  
viver num mundo melhor  
o que não me conhece ainda?  
Praser, sou o catador da sua rua (Júlio César Ferreira).

Não esqueçamos que o (a) catador (a) é uma pessoa com direitos e obrigações. O que ele deseja como ser humano? Ser uma pessoa, um sujeito de direitos e de deveres, com possibilidade de escolher a própria vida. Uma vida plena, com saúde, liberdade de pensamento, afetividade e dignidade. Enfatiza Werneck: “A pessoa [...], ele próprio é o valor. O homem é pessoa exatamente por seu valor. Não se reduz apenas ao ser, não se limita a ser um ente<sup>14</sup> com características físicas e psíquicas, mas vale por si mesmo” (1996, p.10).

Assim, observamos que muitas vezes o catador tem o seu direito de pessoa, que é fundamental, obliterado não só ao estar em contato com o lixo, mas também quando é humilhado e discriminado pelo outro. “Estigmatizados de vagabundos, esses indivíduos [catadores] carregam, além do pesado fardo da privação dos meios básicos de sobrevivência, o peso de uma ideologia que explica a sua inferioridade em

relação aos bens sucedidos da sociedade” (Freitas, 2005, p.22).

Nossa sociedade, embriagada no corre-corre, em nome da pós-modernidade, assume uma atitude de indiferença em relação ao outro, que se transforma em um anônimo na coletividade. Muitas vezes, os catadores são considerados “vagabundos, palhaços, raça de vira-latas, falsos malandros (otários), pacíficos e conformados” (Cartilha de Formação, 2005, p.37).

No inconsciente da sociedade brasileira, perpetua a idéia de que o indivíduo que não trabalha num emprego formal o faz porque não quer. Continuamos cultivando a idéia de “vagabundo” para aquele que passa alguma dificuldade financeira ou para aquele que realiza alguma atividade “desumana”, esquecendo-nos de “que a realidade é multifacetada, que os dados do conhecimento são construídos, resultam de recortes da realidade” (Ferreira e Eiziriki, 1994, p.5) e esquecendo-nos de que o “imaginário<sup>15</sup> social ‘mascara’, assim, os problemas reais, as pressões, os conflitos cotidianamente vividos pelos indivíduos” (idem p.7). Dessa forma, “cada sociedade se apropria, estimulada pela herança cultural de seu imaginário, de crenças e tradições de sua realidade histórica que, dependendo do juízo de valor atribuído a cada uma delas, manifestar-se-á prontamente ao menor estímulo (Avelar, 2007, p.19)”.

Pensam logo: se tivesse estudado não estaria neste emprego ou passando por dificuldades. Uma fala típica da herança cultural do mundo grego que considerava como maior valor à razão e o conhecimento intelectual. A sociedade brasileira atrelou conhecimento e sucesso aos “doutores”. Ser “doutor” tornou-se símbolo de imponência. Ao manter-se a ideologia de que o valor encontra-se no “doutor”, perpetua-se o poder dominador presente desde a época em que somente os mais afortunados estudavam, produzindo, por conseguinte, os únicos considerados como capazes a governar o país. Ao povo cabia o agradecimento aos coronéis pelos favores prestados. Corroboram-nos Martins:

Pensando o caso brasileiro, a natureza, origem e reprodução de uma certa lógica de dominação que se legitima pela negação de uma esfera pública aberta à participação igualitária de todos os atores sociais. [...] um sistema hierárquico, que diferencia os indivíduos por requisitos de cor, de dinheiro, de títulos, de patrimônios de apadrinhamento e de vínculo familiar e que, naturalmente, exclui a possibilidade de uma certa validade universal do ‘direito a ter direitos’.(2002, p.76).

Tal ideologia ainda está viva no imaginário da sociedade brasileira atual. De modo geral, a população sente-se agradecida quando o poder público presta “algum favor”, v.g. quando se asfalta uma rua na cidade, coloca-se uma faixa de agradecimento. Dessa forma, a conduta coletiva é internalizada e, portanto, aceita. Assim, “as relações hierárquicas da sociedade são apreendidas mediante cotidianos ritualizados, fazendo ‘crer’ que elas são naturais. É contando com o Imaginário Social que as relações de poder estabelecidas protegem sua legitimidade contra aqueles que a atacam” (Ferreira e Eizirik, 1994, p. 7).

Pelo imaginário, o ser humano faz interpretações de fatos que, por serem analisados e interpretados sob um ponto de vista pessoal, podem deturpar uma ordem natural de um fato considerado histórico e modificar o seu significado. Nesse prisma, o imaginário agirá tanto no sentido da interpretação do real quanto no processo de intervenção no *modus vivendi* e no *modus faciendi* do ser humano.

O homem, durante sua existência, vive um processo ininterrupto de humanização, já que é um ser marcado pela sua incompletude. Desde o nascimento até a morte, busca preencher suas necessidades num constante processo de instauração de valores. Trata de trazer para si tudo aquilo que pode completar suas diversas carências. Corroborava conosco Werneck quando diz que o ser humano é “um ser sempre em busca do que vai trazer-lhe a perfeição, do que vai corresponder aos seus anseios” (1996, p.4). E acrescenta que “o valor é exatamente esse objeto tão procurado, tão desejado”. De fato, se, por um lado, o lixo é um grande valor na vida dos catadores, por outro, esse resíduo doméstico, para a maioria da sociedade, é um contra-valor<sup>16</sup>, ou um não-valor. Como as crianças, como os filhos de catadores lidam com esse paradoxo? Será que o sistema escolar contribuiu positivamente para que essas crianças sintam-se pessoas?

O ser humano, quando criança, apreende valores vitais. Os nossos curumins iniciam desde cedo um contato com o lixo, tendendo a focar o olhar para o chão e daí encontrar a “fonte de vida”, que é o lixo. Se direcionarmos nosso olhar para os carrinhos dos catadores, não será muito difícil defrontarmos com bebês imersos nos reciclados. Quando maiores, têm como brincadeira auxiliar na lida. Não são raras as vezes, em festas públicas e abertas, vemos crianças com sacos nas costas, rebaixadas, catando latinhas.

A realidade que circunda o cotidiano dos nossos curumins divide seu dia em uma parte para catar reciclado ou fazer triagem, e a outra parte para ir à escola. Procura, no período escolar, algo que o liberte de tudo aquilo que vive fora “daqueles muros”, ou algo em que se reconheça como pessoa no contexto escolar. O desejável é que o curumim sinta-se uma fênix<sup>17</sup> ao relacionar-se com o cotidiano escolar.

#### **4. NOSSOS CURUMINS E O SISTEMA ESCOLAR**

A Constituição Federal de 1988 relata-nos no seu artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Dessa forma todos os brasileiros têm assegurado o acesso ao ensino fundamental gratuito buscando “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Constituição Federal art 3º). Já em 1996, é sancionada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/ 9394) e trata no título II informa-nos que:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber [...];

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Observamos que a Carta Magna e a LDB anunciam uma educação que certamente propiciaria aos nossos curumins uma realização como pessoa. Esta realização ocorreria porque a escola valorizaria “a pessoa a ponto de fazê-la viver a

alegria do próprio valor [...] (Werneck, 1996, p.60)”.

Depois de uma década da LDB, avançamos em questões como acesso e permanência no espaço escolar. Nossos curumins têm direito de estar na escola, ou pelo menos de garantir sua existência nela. Mas a escola tende a priorizar a instrução – aquisição e avaliação de conteúdos – pois o critério de avaliação escolar mensura o desempenho acadêmico do aluno de forma quantitativa. Como exemplo, podemos citar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que materializa as metas de qualidade da educação básica no país. O indicador tem o mérito de considerar direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho. As taxas de rendimento são aferidas pelo Censo Escolar da Educação Básica, e as médias pelo Saeb e pela Prova Brasil, avaliações realizadas pelo Inep para diagnosticar a qualidade dos sistemas educacionais ([www.inep.org](http://www.inep.org)., acessado em 24/06/2007).

Dessa forma, nossas escolas deixam de interagir com um dos objetivos fundamentais da educação, que é o de “levar o ser humano a buscar os valores adequados e a escaloná-los corretamente de modo a chegar à realização como pessoa (Werneck 1996, p.84)”.

E assim, a ciranda dos nossos curumins permanece no entorno escolar: à margem do acadêmico continuarão enquanto suas vidas não forem descobertas e valorizadas no contexto educacional. Se os jesuítas passaram à larga da essência dos curumins no século XVI, a educação do século XXI mantém uma distância de estrela a estrela dos nossos curumins.

## **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

AVELAR, Ediana Abreu. *O imaginário da Formatura: um estudo sobre o pensamento dos formandos do curso de direito pertencentes à classe média*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis: UCP, 2007.

BORIS, Fausto. *História Concisa do Brasil*. 1.ed. São Paulo:Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

Equipe de Itaiçara. *Revista Os jesuítas*. São Paulo: Loyola, 1978.

FERREIRA, Nilda Tevês, EIZIRIK, Marisa Faermann. *Revista Em Aberto*, Brasília,

n.61, INEP, 1994.

FONSECA, Claudia. *Revista Em Aberto*, Brasília, n. 61. INEP, 1994.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. *Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

HOBBSAWM, A *era dos extremos. O breve século XX (1914 – 1992)*. São Paulo: Companhia da Letra, 1995.

MAIA, Pedro S.J.(org.). *Ratio Studiorum–Método Pedagógico dos Jesuítas*. Fundamentos. Vol 1, São Paulo: Loyola, 1986.

MARTINS, Paulo Henriques. Cultura autoritária e aventura da brasilidade. In BURITY, Joanildo A. (Org.) *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LEAL, Alane de Lucena. *Educação e cidadania: uma inovadora proposta de formação religiosa*. São Paulo: Paulinas, 2005.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES. *Cartilha de Formação*. São Paulo: Setor de comunicação MNCR, 1. ed. Julho de 2005.

PASTORAL DO POVO DE RUA. *Pastoral do Povo da Rua: Vida e Missão*. São Paulo: Loyola, 2003.

RORTY, Richard. *Achieving our Country* (Harvard University Press, 1998) Apud BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RUSS, Jacqueline. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Scipione Ltda, 1991.

SCHMITZ, Egídio Francisco. *Os jesuítas e a educação: Filosofia Educacional da Companhia de Jesus*. São Leopoldo. RS: Unisinos, 1994.

WERNECK, Vera Rudge. *Educação e Sensibilidade: um estudo sobre a teoria de valores*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

---

<sup>1</sup>Adotamos o referencial quantitativo dado por Fausto, 2002, p.15.

<sup>2</sup>Os colonizadores não aceitavam o tipo de vida que os indígenas tinham: “... índios são cães em si comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem” (Carta de Padre Manuel da Nóbrega, apud Boris 2002, p.23).

<sup>3</sup> Os aldeamentos foram muito significativos para a missão dos jesuítas, v.g. temos a maior cidade brasileira, São Paulo, que surgiu ao redor do Pátio do Colégio.

<sup>4</sup> Esta avaliação do Papa Bento XVI ocorreu após protesto dos indígenas e do governo da Venezuela, e foi feita para encerrar uma polêmica suscitada por comentário seu no último dia da visita ao Brasil: na abertura da 5ª Conferência-Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, o Sumo Pontífice afirmou que “o anúncio de Jesus e do seu Evangelho não supôs, em nenhum momento, uma alienação das culturas pré-colombianas, nem foi uma imposição de uma cultura alheia”. Bento XVI defendeu a conversão dos indígenas à fé cristã como algo que purificou suas culturas; disse ainda que a ação da Igreja Católica gerou uma síntese entre as culturas dos “povos originários” e a fé cristã que os missionários “lhes ofereciam” (idem).

<sup>5</sup> A Companhia elaborou diversas *Ratios Studiorum*: *Ratio de Nadal*, *Ratio de Coudret*, *Ratio de Diedo de Ledesma*, *Ratio de Borja*, *Ratio Studiorum de Aquaviva*, *Ratio de 1586*, *Ratio de 1591*, *Ratio de 1599*, *Ratio de 1832*

<sup>6</sup>A palavra educação deriva do latim *e(x) + ducere*, donde os verbos *educare* e *ducere* significam, etimologicamente, “conduzir para fora” (Leal, 2005, p.31).

<sup>7</sup> É freqüente, entre os catadores, ter a colaboração dos filhos na coleta e reciclagem do lixo, por isso o aluno normalmente é também um catador. Tudo em sua vida e na vida de seus pais gira em torno de sua atividade laboral - coleta seletiva e triagem.

---

<sup>8</sup> Jornal Tribuna de Minas, Juiz de Fora, reportagem - Invisíveis educadores ambientais - de Mateus Geraldo Xavier, Agente Pastoral do Povo de Rua.

<sup>9</sup> Jornal Tribuna de Minas – Juiz de Fora, em 17/06/2006

<sup>10</sup> Por população de rua entende-se o contingente de homens, mulheres e crianças ou famílias inteiras que estão em situação de rua, isto é, aqueles que sobrevivem à custa da assistência de indivíduos ou de grupos e/ou trabalhos precários e provisórios, pelos quais recebe remuneração irrisória. Portanto, o Catador de Material Reciclável faz parte do grupo (Cartilha da Pastoral do Povo de Rua: Vida e Missão. São Paulo: Loyola, 2005)

<sup>11</sup> Apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto. (Freire, 2005, p.68)

<sup>12</sup> Jornal Tribuna de Minas de Juiz de Fora (MG) em 03 junho 2007, p. 5.

<sup>13</sup> “O estudo da linguagem, da gramática das diferentes línguas, de sua história” (Novo Dicionário da Língua Portuguesa – séc XX, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira).

<sup>14</sup> “Tudo que é de maneira concreta, fática ou atual independentemente de, em qualquer nível, tornar-se objeto de reflexão” (idem). Ente é tudo que existe, os bens que carregam valor.

<sup>15</sup> O imaginário é parte do mundo real, do cotidiano, não é algo independente. Na verdade, ele diz respeito diretamente às formas de viver e de pensar de uma sociedade. (Silva & Silva, 2005, p.214, apud Avelar 2007)

<sup>16</sup> Para Werneck, “tudo aquilo que de qualquer modo preencha uma carência humana pode para o homem ser considerado valor (1996, p.27)”. Não-valor “aquilo que é indiferente, que nada representa para o sujeito por não corresponder às suas necessidades (idem, p.40)”. “O contra-valor é o que se contrapõem ao valor. [...] é o nocivo que ameaça e restringe a vida e a saúde (ibidem p. 47)”.

<sup>17</sup> “Ave fabulosa que, segundo a tradição egípcia, durava muitos séculos e, queimada, renascia das próprias cinzas” (Novo Dicionário da Língua Portuguesa – séc XXI, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira).